



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

23º EXAME

DE

SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2011 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Não são órgãos do Poder Judiciário:

- a) Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e juízes eleitorais.
- b) Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Regionais de Trabalho e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- c) Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas dos Estados e Tribunal Marítimo;
- d) Supremo Tribunal Federal, Juízes Militares e Tribunais Eleitorais.
- e) Juízes Federais, Tribunais de Justiça dos Estados e Juízes do Trabalho.

2. Acerca da disciplina constitucional referente à edição de medida provisória, pode-se afirmar:

- a) É vedada a prorrogação do período de vigência de medida provisória.
- b) O ordenamento constitucional veda a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.
- c) Não é possível a edição de medida provisória sobre matéria que vise à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- d) A edição de medida provisória em matéria reservada à lei complementar somente terá validade se confirmada em 45 dias pelo Congresso Nacional.
- e) A edição de medida provisória sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário depende de ratificação do Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

3. De acordo com a doutrina majoritária, são considerados como direitos fundamentais de primeira geração/dimensão:

- a) direito à saúde.
- b) direito ao meio ambiente equilibrado.
- c) direito à educação.
- d) direito à propriedade.
- e) direito à moradia.

4. Assinale o mecanismo de controle concentrado de constitucionalidade que é utilizado para impugnar normas anteriores à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- b) Representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade.
- e) Arguição por descumprimento de preceito fundamental.

5. De acordo com as disposições constitucionais referentes às Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, é possível afirmar que se incluem entre suas atribuições:

- a) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- b) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- c) observar os pareceres normativos expedidos no âmbito da Advocacia Geral da União.
- d) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

6. A Lei Federal nº 12.016/09, conhecida como nova lei do mandado de segurança, regulamentou as modalidades de mandado de segurança individual e coletivo. De acordo com as disposições daquela Lei e o tratamento constitucional em relação ao mandado de segurança coletivo, pode-se afirmar que são legitimados ativos para a impetração de mandado de segurança coletivo:

- a) somente cidadão brasileiro.
- b) somente pessoas físicas domiciliadas no Brasil.
- c) qualquer partido político regularmente constituído.
- d) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.
- e) somente pessoas jurídicas legalmente constituídas no Brasil.

7. Sobre o tratamento constitucional deferido à empresa pública e à sociedade de economia mista, é incorreto afirmar:

- a) O preenchimento de empregos nestas entidades depende de prévia aprovação em concurso público.
- b) As sociedades de economia mista e empresas públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- c) A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.
- d) As empresas públicas e sociedades de economia mista devem observar os princípios da administração pública na realização de licitação e contratação de obras.
- e) As empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

8. Sobre a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, pode-se afirmar:

- a) Viola a Constituição a acumulação remunerada de um cargo de médico de hospital estadual com outro de professor de universidade federal, com horários compatíveis.
- b) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos pode ser excepcionada por lei ordinária.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos pode ser excepcionada por lei complementar.
- d) A acumulação remunerada de cargos públicos independe da compatibilidade de horários.
- e) É possível a acumulação de 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

9. Pode-se afirmar que, dentre os princípios gerais da atividade econômica arrolados no artigo 170 da Constituição da República, não se incluem:

- a) soberania nacional, defesa do consumidor, livre concorrência.
- b) livre concorrência, função social da propriedade, propriedade privada.
- c) busca do pleno emprego, redução das desigualdades sociais e soberania nacional.
- d) pluralismo político, livre concorrência e igualdade entre os povos.
- e) propriedade privada, livre concorrência, busca do pleno emprego.

10. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- a) fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- b) disponham sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Estados e Territórios.
- d) servidores públicos da União, Distrito Federal e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública municipal.

DIREITO CIVIL

11. Os prazos de decadência fixados na lei:

- a) interrompem-se por protesto cambial.
- b) não podem ser reconhecidos de ofício pelo juiz.
- c) não correm entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- d) não correm contra o absolutamente incapaz.
- e) não correm contra os ausentes do país, a serviço do Estado.

12. Em tema de negócio jurídico, o silêncio:

- a) em nenhuma hipótese pode importar anuência.
- b) dependendo das circunstâncias, a critério exclusivo do juiz, pode valer como aceitação ou negação.
- c) sempre importa anuência, pois, segundo vetusta regra costumeira, quem cala consente.
- d) quando as circunstâncias ou os usos autorizarem e não for necessária declaração expressa, importa anuência.
- e) deve ser entendido, em todos os casos, como uma resposta negativa.

13. A cessão de crédito não notificada ao devedor é:

- a) nula.
- b) anulável.
- c) inexistente.
- d) abusiva.
- e) ineficaz em relação a ele.

14. A compensação efetua-se entre:

- a) dívidas ilíquidas e vencidas.
- b) dívidas ilíquidas e ainda por vencer.
- c) dívidas ilíquidas e desprovidas de exigibilidade.
- d) dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- e) dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.

15. Sobre a cláusula penal, é correto afirmar que:

- a) não tem aplicação em contratos onerosos.
- b) deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.
- c) pode ser estipulada em valor superior ao da obrigação principal.
- d) sua aplicação depende de pronunciamento do juízo criminal.
- e) sua aplicação depende da alegação de prejuízo pelo credor.

16. É nulo o negócio jurídico:

- a) celebrado em estado de perigo.
- b) quando houver desequilíbrio superveniente entre as prestações.
- c) se, no momento de sua celebração, já houver desequilíbrio entre as prestações.
- d) celebrado por excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- e) que não revestir a forma prescrita em lei.

17. Quanto aos contornos normativos do instituto das perdas e danos no âmbito do Código Civil, assinale a alternativa falsa:

- a) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato.
- b) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- c) As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, não englobam atualização monetária e juros.
- d) Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar.
- e) Não havendo fato ou omissão que lhe seja imputável, não incorre o devedor em perdas e danos.

18. Enfocando as regras atinentes à prescrição e à decadência no Código Civil, tem-se que:

- a) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, em razão da regra da intransmissibilidade das obrigações.
- d) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) São sempre aplicáveis à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

19. Quanto à teoria geral dos contratos, é correto afirmar:

- a) É lícito celebrar contratos atípicos.
- b) O princípio da boa-fé não é obrigatório na fase pré-contratual.
- c) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
- d) É nulo o contrato de adesão.
- e) É nulo o contrato oneroso.

20. São fungíveis:

- a) os bens cuja existência supõe a do bem principal.
- b) os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- c) os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) os bens de uso comum do povo e os bens dominicais.
- e) o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Analisando as proposições abaixo, marque a única alternativa verdadeira.

I – O estatuto social de empresa não é fonte do Direito Processual.

II – Os usos e os costumes não são fontes do Direito Processual.

III – A lei federal é fonte do Direito Processual.

IV – A jurisprudência é fonte do Direito Processual.

- a) as proposições II e IV são verdadeiras.
- b) as proposições I e III são falsas.
- c) as proposições I e II são falsas.
- d) as alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- e) todas as alternativas são verdadeiras.

22. Sobre o direito de ação, pode-se afirmar que:

- a) é sempre possível pleitear direito alheio em nome próprio.
- b) é adstrito à declaração de um direito.
- c) são condições da ação a legitimidade das partes, o interesse processual e a possibilidade jurídica.
- d) são condições da ação a capacidade das partes, a imparcialidade do magistrado e a regularidade da demanda.
- e) nunca é possível pleitear direito alheio em nome próprio.

23. São elementos que identificam a ação:

- a) o tipo da demanda, as mesmas partes e o mesmo pedido.
- b) as partes, o pedido e a causa de pedir.
- c) o mesmo magistrado, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.
- d) somente o mesmo magistrado, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.
- e) o mesmo magistrado, o mesmo tipo de demanda, as partes, o pedido e a causa de pedir.

24. Bruno ajuíza ação contra o Estado do Rio de Janeiro e, no curso da demanda, vê indeferido o seu pedido de produção de prova oral. Inconformado, interpõe recurso de agravo de instrumento. Devidamente intimado a apresentar sua resposta ao recurso, o Procurador do Estado do Rio de Janeiro dispõe de qual prazo para protocolizar a sua petição?

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

25. Analisando as proposições abaixo, marque a única alternativa correta.

I - Por aplicação do princípio da inércia, é vedado ao juiz reconhecer nulidade de ofício.

II - Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

III - No Direito Processual há nulidade, ainda que sem prejuízo.

IV - A nulidade deve ser alegada pela parte na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos.

- a) as proposições I, II e III são falsas.
- b) as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- c) somente as proposições II e III são verdadeiras.
- d) todas as proposições são falsas.
- e) a proposição III é falsa e a proposição II é verdadeira.

26. Assinale a afirmativa que indica uma hipótese de intervenção voluntária de terceiros:

- a) nomeação à autoria.
- b) chamamento ao processo.
- c) denunciação da lide.
- d) exceção de suspeição.
- e) assistência.

27. Não é um pressuposto processual:

- a) a intimação regular do advogado do réu.
- b) o órgão jurisdicional competente.
- c) a capacidade das partes.
- d) a demanda regularmente formulada.
- e) a imparcialidade do juiz.

28. Sobre a jurisdição, é correto afirmar que:

- a) pode ser delegada a outros órgãos estatais mediante convênio.
- b) o direito brasileiro possui jurisdição administrativa e judiciária.
- c) em regra, somente pode ser exercida mediante provocação.
- d) pode ser imposta dentro de outro país sem a concordância deste último.
- e) as decisões jurisdicionais não possuem definitividade.

29. É competência do Superior Tribunal de Justiça julgar:

- a) recursos extraordinários contra decisões de Tribunais Estaduais.
- b) mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- c) litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- d) ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República.

30. Assinale a afirmativa correta:

- a) O contraditório não impede o acolhimento do pedido do autor de uma ação antes que o réu seja ouvido.
- b) Todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas.
- c) Em regra, devem os atos processuais permanecer em sigilo.
- d) São admissíveis provas ilícitas no processo, quando a demanda tratar de direito indisponível.
- e) Os julgamentos em que o Estado seja parte não são públicos.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

23.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 23 do Regulamento do 23.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) C
- 2) C
- 3) D
- 4) E
- 5) D
- 6) D
- 7) B
- 8) E
- 9) D
- 10) A

DIREITO CIVIL

- 11) D
- 12) D
- 13) E
- 14) D
- 15) B
- 16) E
- 17) C
- 18) A
- 19) A
- 20) C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) D
- 22) C
- 23) B
- 24) A
- 25) E
- 26) E
- 27) A
- 28) C
- 29) B
- 30) B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, nº 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2011

Leonardo de Andrade Mattietto
Procurador-Chefe do CEJUR